

Mailson diz que perdão custa US\$ 10 bilhões

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O perdão da correção monetária das dívidas de pequenos e microempresários e pequenos e médios produtores rurais vai custar dez bilhões de dólares, Cz\$ 1,6 trilhão — ou quase o valor total da moeda em circulação no País, disse ontem o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, a um grupo de 23 constituintes que foram discutir o problema com ele.

Faziam parte do grupo os autores das emendas às disposições transitórias da nova Constituição que cancela a correção, o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e os deputados mineiros Humberto Souto (PFL) e Ziza Valadares (PMDB). Eles ouviram com muitas reservas os cálculos de Mailson, fechados ontem mesmo pelo Banco Central a pedido do ministro.

"A conta do ministro sobe a um milhão de dólares por dia", estranhou Mansueto, lembrando que há duas semanas Mailson falava em um ou dois bilhões de dólares de custo. Pelas contas do autor da emenda, o custo do perdão não vai passar de Cz\$ 183 bilhões, ou cerca de um bilhão de dólares. E ele garante que seus cálculos também foram feitos com o auxílio do BC.

Do encontro resultou apenas a criação de um grupo de trabalho, para tentar achar, com a máxima urgência, uma solução de consenso. Mailson não se contentou em conversar apenas com os constituintes: no final da tarde, levou seus cálculos ao presidente em exercício Ulysses Guimarães, que, segundo assessores, admitiu que a situação é grave.

Antes, o ministro da Fazenda tinha almoçado com quatro líderes parlamentares do governo, os senadores Marcondes Gadelha e Saldai-

nha Derzi e os deputados José Lourenço e Carlos Sant'Anna. Gadelha disse que alertou o ministro para o fato de que o perdão da correção monetária tem apoio político no plenário da Constituinte. E sugeriu a Mailson uma alternativa ao cancelamento puro e simples da correção, uma espécie de "concordata consentida", pela qual os pequenos e microempresários e os pequenos e médios produtores rurais pagariam apenas o principal e os juros de suas dívidas, como prevê a emenda Lavor, mas teriam a correção congelada por um período determinado, que poderia ser de um ano. Em vez de perdoadas, os interessados, entre eles os bancos, estudariam então uma forma de escalonar o pagamento da correção.

LOBBIES EM GUERRA

A Constituinte vai viver mais uma guerra de lobbies até a votação das emendas Mansueto de Lavor e Humberto Souto. Ontem já estavam no gabinete de Lavor microempresários e produtores rurais de Rondônia e do Rio Grande do Sul, enquanto os banqueiros privados e os bancos comerciais estaduais se reuniam no Hotel Eron, para marcar posição contra o perdão.

"Vamos pôr uma placa na cidade com os nomes dos constituintes que faltarem ou votarem contra as emendas", prometia o vice-presidente da confederação nacional dos micro e pequenos empresários, Valdemar Peixoto de Carvalho, de Vilhena, Rondônia.

Já o presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Roberto Bornhausen, ameaça processar o governo se os bancos forem forçados a arcar com o perdão: "O crédito é uma propriedade, e se o governo não arcar ele próprio com o perdão, será um confisco".

ESTADO DE SÃO PAULO, 9 JUN 1988